GAZETA DO POVO

0 2 MAR 2016

O que está em jogo na "briga" entre governo e TJ

● REPASSES

O que está em jogo na disputa governo x TJ

Para acessar dinheiro de depósitos judiciais, Executivo segura receitas do Judiciário estadual

Rosana Felix

● O governo do Paraná assumiu abertamente a disputa pelos recursos destinados ao Judiciário estadual, dentro das medidas para diminuir suas despesas e aumentar as receitas. A queda no repasse mensal ao Judiciário, o duodécimo, levou o Tribunal de Justiça (TJ) a recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) para garantir a transferência de fevereiro e quitar a folha de pagamento. O repasse é previsto na lei orçamentária anual e nas constituições federal e estadual.

O STF ainda não decidiu sobre os mandados de segurança impetrados pelo TJ e pelo Sindicato dos Servidores do Judiciário: A novidade da terça-feira (1º) foi a liberação de R$ 55 milhões do governo ao Judiciário. Mesmo assim, o TJ diz manter a ação para uma segurança nos próximos meses.

Por trás do embate do duodécimo há outros conflitos envolvendo o Executivo e o Judiciário. Em janeiro, o presidente do TJ, Paulo Roberto Vasconcelos, afirmou à **Gazeta do Povo** que desde o início de 2015 o governo vinha reduzindo os repasses. Pela lei orçamentária, o TJ tem direito a receber 9,5% das receitas.

"O valor de direito gira em torno de R$ 162 milhões. Em alguns meses recebemos R$ 130 milhões, ou R$ 150 milhões. Noventa por cento disso é usado para a folha de pagamento, o resto são despesas de custeio, que tentamos economizar", disse Vasconcelos na ocasião. Em dezembro, o repasse foi de apenas R$ 40 milhões.

A retenção de quase R$ 100 milhões em dezembro ocorreu dias após o TJ publicar decreto regulando o uso dos depósitos judiciais pelo estado e pelos municípios. A Lei Federal nº 151/2015, em vigor desde agosto, permitiu que os entes federados saquem até 70% do valor depositado em juízo dos processos em que são parte. Os recursos devem ser usados, prioritariamente, para pagar precatórios e dívida fundada.

O secretário de Fazenda, Mauro Ricardo Costa, já afirmou que o TJ criou "todos os obstáculos possíveis" para o Paraná acessar os depósitos judiciais. O estado ingressou com ação na Justiça Federal, solicitando a liberação do dinheiro, mas o pedido de liminar não foi aceito. O governo então recorreu ao Tribunal Regional Federal (TRF) da 4ª região, mas ainda não houve definição.

Ainda em dezembro, Costa havia afirmado que o TJ era "uma ilha de prosperidade" e que tinha quase R$ 1 milhão em aplicações financeiras. A declaração gerou mal-estar nos gabinetes do Centro Cívico, bairro que reúne as sedes do Executivo, Legislativo e Judiciário e do Ministério Público. Vasconcelos desafiou o secretário da Fazenda a mostrar onde estava o dinheiro. Por fim, o governo fez a complementação de verba, o TJ quitou os salários e foi feito uma operação abafa para minimizar a polêmica.

No fim de janeiro, o governo voltou a reter parte do duodécimo. Agora, em fevereiro, foram repassados, inicialmente, apenas R$ 70 milhões dos R$ 167,5 milhões esperados.

O GOVERNO

Em nota, o Executivo estadual disse que a decisão de transferir R$ 55 milhões foi tomada após conversas com desembargadores do TJ. Segundo o governo, o valor é suficiente para pagar os salários de todos os desembargadores, juízes e funcionários. O texto não fala sobre possíveis discussões acerca do pagamento restante devido ao TJ.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

02 MAR 2016

CONFLITOS

GAZETA DO POVO

Veja os embates recentes entre governo do Paraná e Judiciário e a versão de cada um:

"Temos visto aí algumas ilhas de prosperidade esbanjando recursos públicos e com significativos recursos em caixa."

- Mauro Ricardo Costa, secretário da Fazenda

"Os recursos sonegados pelo executivo pertencem na forma da Constituição e da Lei, ao Poder Judiciário."

- Paulo Roberto Vasconcelos, presidente do TJ

GOVERNO

TJ

REPASSE DO DUODÉCIMO

Recursos repassados ao Judiciário duplicaram nos últimos anos. Em 2010 foram pagos R$ 845,5 milhões e, em 2015, R$ 1,7 bilhão. Em fevereiro de 2016, foram pagos R$ 70 milhões.

É um direito previsto nas leis orçamentárias anuais e nos artigos 168 da Constituição Federal e 136 da Constituição Estadual. Valor mensal gira em torno de R$ 160 milhões.

FOLHA DE PAGAMENTO E CUSTEIO

Além dos R$ 70 milhões repassados, as demais necessidades devem ser atendidas pelo saldo financeiro livre de R$ 700 milhões que está aplicado pelo Tribunal de Justiça no mercado financeiro.

O TJ diz que a folha de pagamento mensal consome R$ 140 milhões. Os recursos citados pelo governo estão aplicados para não haver desvalorização da moeda e compõem fundos com destinação carimbada (obras, serviços terceirizados e salário de funcionários de varas estatizadas). Não podem ser usados para folha de pagamento geral.

"ILHA DE PROSPERIDADE"

Em dezembro, o secretário da Fazenda, Mauro Ricardo Costa, afirmou que o Poder Executivo enfrentava dificuldades financeiras e que havia "ilhas de prosperidade esbanjando recursos públicos", e que o TJ teria quase R$ 1 milhão em aplicações financeiras.

O presidente do TJ, Paulo Roberto Vasconcelos, rechaçou as declarações de Costa e o desafiou Costa a mostrar onde estaria esse dinheiro.

DEPÓSITOS JUDICIAIS

O governo do Paraná quer ter acesso aos depósitos judiciais dos processos em que é parte, como permitiu a Lei Federal nº 151/2015. Em dezembro, estimava resgatar cerca de R$ 640 milhões. Mas a Caixa não liberou, seguindo determinação do TJ, e o governo recorreu ao Judiciário.

O TJ está atendendo julgamento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que determinou que os tribunais se abstenham de firmar termos de compromisso liberando os depósitos para outros fins que não o pagamento de precatórios, quando há dívidas desse tipo em atraso. Apenas quando não há precatórios em atraso o dinheiro pode ser usado.

PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS

O governo alega que a Lei Federal nº 151/2015 determina a transferência dos depósitos judiciais para uma conta específica sob a guarda do Estado, e que os pagamentos serão feitos.

O TJ afirma que é gestor do pagamento de precatórios no Paraná e quer controlar os recursos oriundos dos depósitos judiciais. Diz que o governo deve cerca de R$ 10 bilhões em valores corrigidos.

Fonte: Redação. **Infografia**: Gazeta do Povo.

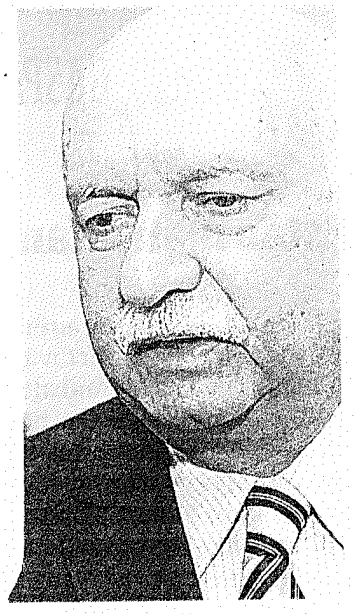
CONTINUA

02 MAR 2016

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Antônio More/Gazeta do Povo



"Precisamos de uma segurança para os próximos meses."

Paulo Roberto Vasconcelos, . presidente do TJ.

DISPUTA

Governo do PR repassou parte do valor devido ao Tribunal

Da Redação, com informações de Catarina Scortecci

Na terça-feira (1º), o governador Beto Richa (PSDB) confirmou a liberação de R$ 55 milhões ao Tribunal de Justiça (TJ) para que a Corte efetue o pagamento da folha de salários dos seus funcionários, que estava atrasada. Segundo o TJ, o duodécimo corresponde a R$ 167,5 milhões. Com o montante garantido na terça, o governo transferiu R$ 125 milhões até agora.

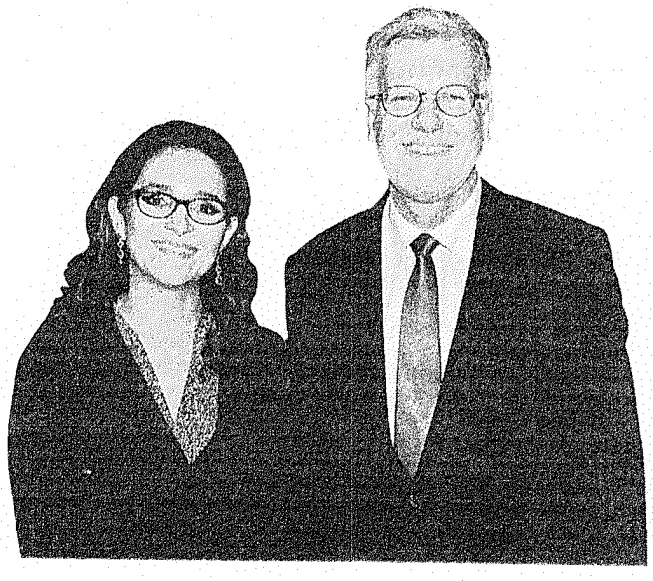
Ao saber da transferência de R$ 55 milhões, o presidente do TJ, desembargador Paulo Roberto Vasconcelos, disse à **Gazeta do Povo** que ainda espera pelo repasse integral e que mantém o mandado de segurança no STF.

"Precisamos de uma segurança para os próximos meses", afirmou ele, que estava em Brasília acompanhando um grupo de magistrados do Paraná que pede mudanças na proposta do teto remuneratório do servidor público, em trâmite no Congresso Nacional.

02 MAR 2016

GAZETA DO POVO

REINALDO BESSA



O ministro do Superior Tribunal de Justiça, Sérgio Kukina, prestigiou a posse da juíza Patrícia Daher Lopes Panasolo na presidência da Associação Paranaense dos Juízes Federais, segunda-feira, na sede da Justiça Federal do Paraná, em Curitiba.

02 MAR 2016

GAZETA DO POVO

LEVANTAMENTO

População é contra estatização dos cartórios

Resultado de pesquisa mostra que 74% dos usuários discordam das alterações

Pesquisa realizada pelo Datafolha, nas cidades de Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba e Belo Horizonte, mostra que os usuários são contra a estatização dos cartórios. Outra questão levantada se referia à possibilidade do deslocamento de algumas atividades destes para Prefeitura ou outros órgãos públicos. O resultado mostra que 74% dos usuários discordam das alterações.

Os entrevistados esclarecem a razão de sua oposição quando questionados sobre o que aconteceria em tal hipótese: 89% afirmaram que haveria corrupção, 87% burocracia e dificuldade, 78% insegurança e 73% elevação de custos.

A percepção se repete quando se cogita a migração de atividades dos cartórios extrajudiciais privatizados para empresas privadas: 77% são contra. A maioria dos entrevistados (80%) acredita que os custos subiriam, enquanto 70% afirmam que haverá burocracia, 69% dificuldades e 61% corrupção.

De outro lado, mais da metade dos entrevistados acreditam que alguns serviços públicos melhorariam se fossem prestados pelos cartórios. São eles: registro de empresas (63%), emissão de CPF (53%), emissão de documento único de identidade (52%) e de passaportes (51%).

Segundo o presidente da Associação dos Notários e Registradores do Brasil (Anoreg-BR), Rogério Portugal Bacellar, a avaliação positiva é reflexo do esforço da categoria para aprimorar o sistema extrajudicial e do perfil constitucional que ela ostenta, que compreende a gestão privada, a responsabilidade pessoal dos titulares e a fiscalização do Poder Judiciário.

"Nos dedicamos constantemente ao aperfeiçoamento do sistema, investindo em gestão, capacitação e tecnologia a fim de proporcionarmos ao cidadão segurança jurídica e acesso fácil, rápido e seguro às informações e às nossas atividades", ressalta Bacellar.

Universo pesquisado

Foram entrevistados homens e mulheres com mais de 18 anos, abordados na saída dos cartórios, logo após a utilização do serviço. No total foram ouvidas 1.045 pessoas de quatro capitais (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Curitiba) e do Distrito Federal. As abordagens ocorreram no período de 29 de outubro a 4 de novembro, em 97 cartórios, em diferentes horários e dias da semana, de forma a ser representativa da população usuária deste tipo de serviço.

A maior parcela é composta por homens, 55% têm ensino superior, com renda acima de cinco salários mínimos, e 86% faz parte da população economicamente ativa. Além disso, 57% foram ao cartório para uso próprio e 32% para uso de empresa. Dentre as categorias, os mais utilizados são os de Notas e de Registro Civil, com 44% e 39% respectivamente.

Nos dedicamos constantemente ao aperfeiçoamento do sistema, investindo em gestão, capacitação e tecnologia a fim de proporcionarmos ao cidadão segurança jurídica e acesso fácil, rápido e seguro às informações e às nossas atividades

Rogério Portugal Bacellar, presidente da Anoreg/BR

GAZETA DO POVO 02 MAR 2016

Pressão deve tirar teto dos servidores da pauta do dia

Barros, relator do projeto: governo vai tentar votar a proposta.

Juízes e membros do MP pedem mais tempo para debater o projeto, ainda com votação prevista para hoje. Governo estima economia de R$ 10 bi com mudança na lei

"MAL-ESTAR"

Relator da proposta, o deputado Ricardo Barros (PP-PR) disse que "não pode" fazer alterações ao projeto que fujam do espírito do que foi proposto pelo Executivo. Ele pondera que gratificações foram criadas para compensar defasagem salarial, mas que agora há uma cobrança pelo enxugamento dos gastos públicos. "Há um mal-estar na sociedade."

BRASÍLIA E CURITIBA
Catarina Scortecci, correspondente, e Chico Marés, com agências

Pressionada por segmentos do funcionalismo público, a Câmara dos Deputados tende a adiar a votação, agendada para esta quarta-feira (2), do projeto de lei do governo que altera as regras do teto salarial do funcionalismo. A proposta estabelece que alguns benefícios hoje excluídos do cálculo do teto façam parte da conta, o que teria impacto direto nos rendimentos mensais dos servidores.

Segundo estimativas do Ministério da Fazenda, a proposta pode resultar numa economia anual de R$ 10 bilhões ao poder público — sendo R$ 1 bilhão apenas para o governo federal. A medida afeta, principalmente, carreiras com salários mais altos. As alterações no auxílio-moradia e nas indenizações de férias e licenças-prêmio mexem particularmente nos ganhos de magistrados, procuradores, promotores e membros dos Tribunais de Contas de todo o país.

Por isso, há uma forte pressão política pelo adiamento da votação, sob o argumento de que a proposta não foi adequadamente debatida. Na terça-feira (1.º), representantes de juízes e do Ministério Público estiveram na Câmara para pedir o adiamento da votação. Um grupo chegou a ser recebido pelo presidente da Casa, Eduardo Cunha (PMDB-RJ).

O relator do projeto, deputado Ricardo Barros (PP-PR), disse que o governo tentará votar hoje o texto. Ele admitiu, porém, que a decisão dependerá dos líderes dos partidos. A oposição já acena com a retirada do projeto da pauta.

02 MAR 2016
GAZETA DO POVO

Empreiteira revela pagamento ilegal para campanha de Dilma

Executivos da Andrade Gutierrez dizem, em delação, terem pago R$ 6 milhões em acordo fictício com agência que atendia o PT, na eleição de 2010

BRASÍLIA
Folhapress

A empreiteira Andrade Gutierrez afirma ter pago R$ 6 milhões para um fornecedor da campanha de Dilma Rousseff à Presidência em 2010. O repasse foi feito de forma ilegal, por meio de contrato fictício de prestação de serviço com a agência de comunicação Pepper, que atendia o PT, segundo o acordo que levou à delação premiada do presidente afastado da empreiteira, Otávio Azevedo.

Ele é um dos 11 executivos ligados à segunda maior construtora do Brasil que decidiram aderir à delação. Os depoimentos estão em curso e devem durar até o fim do mês. Essa é a primeira vez na Operação Lava Jato que alguém admite repasse ilegal para uma campanha de Dilma.

O pedido de pagamento, segundo o delator, foi feito pelo então coordenador da campanha Antonio Palocci, ex-ministro da Fazenda com amplo trânsito empresarial e, depois, titular da Casa Civil e homem-forte do começo do governo Dilma – até cair por não explicar a renda de suas consultorias.

Por causa das primeiras revelações, o Planalto reagiu, reservadamente, com preocupação e procurou envolvidos com a campanha de 2010 a fim de montar uma estratégia de defesa.

O ex-coordenador financeiro da campanha presidencial de 2010, José de Filippi Jr., diz que todos os serviços da Pepper foram "regularmente" prestados. Palocci, por meio de sua defesa, negou o pedido. Já a Pepper informou ter trabalhado legalmente para a Andrade Gutierrez.

Para Dilma, se comprovada a irregularidade, as consequências não seriam eleitorais, como perda de mandato, pois se refere ao governo encerrado em 2014.

Politicamente, contudo, a revelação chega em hora péssima para o Planalto, com a anunciada saída de José Eduardo Cardozo da pasta da Justiça. Ele, que ruma à Advocacia-Geral da União, assumia a linha de frente de defesa de Dilma quando suspeitas oriundas da Lava Jato chegavam perto do Planalto.

De acordo com ministros do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), a triangulação relatada representa caixa dois. Mesmo sem efeito eleitoral, pelo fato de o mandato em questão já ter terminado, cabe investigação criminal sobre o caso, o que só aumentaria pressão sobre o governo já fragilizado.

PROPINA EM OBRAS

O roteiro acertado pelos delatores da Andrade com os procuradores inclui ainda revelações sobre irregularidades cometidas nas obras da usina nuclear de Angra 3, da hidrelétrica de Belo Monte, na Petrobras e em três estádios da Copa do Mundo (Arena Amazonas, Maracanã e Mané Garrincha, em Brasília). A propina nesses casos iria para o PT e para o PMDB na forma de doações eleitorais legais, mas com a origem dos recursos em acordos irregulares envolvendo obras públicas.

02 MAR 2016
GAZETA DO POVO

Lula cita Gleisi para tirar seu caso do MPF

SÃO PAULO
Estadão Conteúdo

Os advogados do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva protocolaram na terça-feira (1º), no Supremo Tribunal Federal, nova petição em que pedem à ministra Rosa Weber que analise o pedido de liminar para suspender a investigação sobre o sítio de Atibaia e o triplex do Guarujá até que a Corte defina quem pode cuidar do caso, o Ministério Público Federal ou o Ministério Público do Estado de São Paulo.

Eles alegam que a legislação impede duplicidade de investigações sobre um mesmo objeto, a exemplo do desmembramento do inquérito que integra a Lava Jato no qual são investigados a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) e o ex-ministro da Comunicação Paulo Bernardo. Os investigadores suspeitam que eles teriam se beneficiado de desvio dentro do Ministério do Planejamento, com a gestão fraudulenta de empréstimos consignados.

A iniciativa ocorre um dia após o procurador da República Deltan Dallagnol, coordenador da força-tarefa da Operação Lava Jato, alegar à Corte que o ex-presidente Lula é suspeito de receber vantagens ilegais de empreiteiras investigadas no esquema de corrupção na Petrobras quando o petista estava à frente do Palácio do Planalto.

PEDALINHOS

A nota fiscal de compra de dois pedalinhos pintados com os nomes dos netos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que estão no lago do sítio Santa Bárbara, em Atibaia (SP), foi emitida no nome de um subtenente do Exército, assessor especial da Presidência destacado para prestar serviço ao petista. Os equipamentos foram adquiridos em 2013, por R$ 5,6 mil. O Instituto Lula informou que a compra não foi realizada com recursos públicos e que Lula não é dono do sítio.

STF mantém julgamento da denúncia contra Cunha

BRASÍLIA
Estadão Conteúdo

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Teori Zavascki negou na terça-feira (1.º) o pedido feito pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), de adiar o julgamento da denúncia contra ele feita pela Operação Lava Jato. O julgamento está marcado para esta quarta-feira (2). Caso o STF acate a denúncia, Cunha passará de investigado a réu.

A defesa do presidente da Câmara havia argumentado que o adiamento era necessário porque dois agravos regimentais ainda não haviam sido analisados por Teori, que é o relator do processo.

Em seu despacho, o ministro do STF disse que os questionamentos de Cunha poderão ser examinados na sessão desta quarta-feira, junto com o julgamento da denúncia. Para a defesa do presidente da Câmara, essa decisão poderá tumultuar a tramitação do processo.

A denúncia contra Cunha foi oferecida em agosto de 2015 pela Procuradoria-Geral da República (PGR). O procurador-geral, Rodrigo Janot, acusa Cunha de receber US$ 5 milhões para viabilizar a construção de dois navios sondas da Petrobras.

02 MAR 2016

FOLHA DE LONDRINA

Richa libera mais R$ 55 milhões para o TJ

Adriana De Cunto
Reportagem Local

Curitiba - O governador Beto Richa (PSDB) voltou atrás e determinou na manhã de ontem que a Secretaria da Fazenda liberasse mais R$ 55 milhões para garantir o pagamento da folha de salários do Tribunal de Justiça (TJ). Segundo informações da assessoria de imprensa do governador, a decisão foi tomada após conversas com diversos desembargadores. No dia 22 de fevereiro, o Estado havia repassado R$ 70 milhões referente à parcela de fevereiro do orçamento do Tribunal. O repasse total que caberia ao Estado é R$ 167,5 milhões. Segundo o governador, os R$ 122 milhões enviados são suficientes para cobrir a folha de pagamento do Poder Judiciário.

A preocupação com o salário dos servidores do TJ levou ontem de manhã o coordenador-geral do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná (Sindijus-PR), José Roberto Pereira, à Assembleia Legislativa para conversar com o deputado (Professor) Lemos (PT) e com o presidente da Casa, Ademar Traiano (PSDB). "Hoje (ontem) pela manhã, quando da estada deles aqui, eu liguei ao governador – já tinha estado na noite de segunda-feira com o governador - e ele de pronto determinou o pagamento. Os valores, na ordem de R$ 55 milhões, foram repassados hoje (ontem) ao TJ, o que aliviou com certeza todo o funcionalismo através do pleito do Sindijus", disse Traiano.

O não repasse do duodécimo orçamentário de fevereiro é mais um capítulo da briga entre os poderes Executivo e Judiciário do Paraná, que começou no ano passado, quando a Secretaria Estadual de Fazenda pretendia ter acesso ao fundo do TJ que concentra o dinheiro dos depósitos judiciais – valores discutidos em ações e que ficam depositados em juízo até o fim do processo. Mas o Tribunal não concordou com a solicitação, determinando que o dinheiro dos depósitos só poderia ser usado pelo Estado para pagamento de precatórios.

Até o final da tarde de ontem o TJ não havia se manifestado sobre o repasse parcial de fevereiro. Também até ontem, o mandado de segurança impetrado pelo Sindijus junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) ainda não havia sido julgado pela Corte. O sindicato quer obrigar o Estado a repassar o valor total da parcela de fevereiro e garantir que os próximos pagamentos sejam feitos na data certa, até o dia 20 de todo o mês.

O não repasse do orçamento de fevereiro é mais um capítulo da briga entre os poderes

02 MAR 2016

FOLHA DE LONDRINA

LUIZ GERALDO MAZZA

"

Boca fechada dá uma inegável medida de resistência e para a minoria, que os apoia, de martírio"

Recuo estratégico

Beto Richa tem dado todo o apoio ao interventor Mauro Ricardo Costa, que começou a arenga com o Judiciário, todavia se viu obrigado a recuar, ainda que não desse todo o dinheiro que o TJ pretendia. Além do risco calculado de uma decisão do STF contrária, o governo não está em um bom momento no campo judicial com as operações Publicano e Quadro Negro do Gaeco em pleno e vigoroso andamento, o q ıe pelo seu ineditismo sugere que ingressamos em nova fase institucional incompatível com a acomodação tradicional, aquela asfixiante relação de cordialidade.

Poucas vezes tivemos atritos entre os dois poderes, uma delas, aliás, entre os primos Bento Munhoz da Rocha e José Munhoz de Melo, governador e presidente do TJ. Embora com a condição de constitucionalista e docente da área na Federal, além de constituinte de 1946 como o chefe do Executivo, o desembargador criticava o fato de o governador ter vetado um aumento aos magistrados por ferir a iniciativa exclusiva do Executivo, já que havia sido proposto na Assembleia. O governador estava certo e o seu primo não distante errado, porém ajustado à uma demanda corporativa. Outra mais contundente foi a havida entre Alvaro Dias e o TJ por uma decisão que liberou dinheiro a um empresário em demanda com o Badep, banco de fomento. Em linguagem de palanque, o governador acusou juízes e promotor que intervieram no caso de merecerem andar de uniforme zebrado de detentos e não adornados com as vestes talares da justiça.

O mais prolongado dos incidentes foi com o governo Requião, naquela greve de magistrados, e o caso de agora pelo menos felizmente se deu dentro da mecânica institucional. Beto Richa não tem porte para uma convocação de todos os poderes pela austeridade, embora o Mauro Ricardo Costa lembre dentro do governo o elegante capitão, aquele que ergueu a taça, na Copa de 1962 no Chile, também Mauro. Só que o da Fazenda lembra beque de fazenda com estilo de rebatedor, posto que correto nas intenções.

02 MAR 2016

FOLHA DE LONDRINA

Delator deve depor sem algemas

Segundo advogado, auditor Luiz Antonio de Souza vai reafirmar o que já disse e revelar ainda mais detalhes do esquema na Receita Estadual

Loriane Comeli
Reportagem Local

Terminados os depoimentos das testemunhas de acusação e defesa arrolados para o processo relativo à primeira fase da Operação Publicano, a expectativa agora é pelos interrogatórios dos réus, mais especificamente do principal delator do caso, o auditor Luiz Antonio de Souza, que deverá ser ouvido na próxima segunda-feira, a partir das 13h30, sem algemas, afirmou ontem seu advogado, Eduardo Duarte Ferreira. "Formalizei esse pedido de que não seja interrogado algemado; o juiz concordou", declarou.

Souza está preso desde janeiro do ano passado, quando foi flagrado em um motel com uma adolescente, e responde também por crimes de exploração sexual, processos nos quais também é réu colaborador. Na Publicano, delatou dezenas de colegas auditores que fariam parte de organização criminosa incrustada na Receita Estadual de Londrina, com ramificações na cúpula, em Curitiba, segundo a acusação do Ministério Público (MP). Também admitiu em vários depoimentos que exigia, sim, propina de empresários para facilitar ou permitir a sonegação fiscal.

"Esperamos que ele reafirme o que já declarou ao Ministério Público", disse a promotora do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), Leila Schimiti. "Ele vai reafirmar tudo. Acredito que vai revelar ainda mais coisas, mais detalhes, mais informações. Está pronto para depor. Ele tem informações guardadas em sua memória que, aliás, é brilhante, e vai dizer perante todos o que efetivamente aconteceu na Receita Estadual do Paraná", assegurou Ferreira.

Ainda segundo o advogado, ontem o juiz da 3ª Vara Criminal, Juliano Nanuncio, também teria solicitado à direção da Penitenciária Estadual de Londrina (PEL) que abrisse exceção quanto ao retorno de Souza à unidade, na segunda-feira, após o depoimento. "Há uma norma de segurança lá na PEL que impede a entrada de presos após às 17h30. O que o juiz fez foi pedir uma flexibilização", comentou. Quatro horas seria tempo extremamente exíguo para que o delator reafirmasse todas as declarações. "Acho que o depoimento dele se estenderá por pelo menos dois dias", arriscou Ferreira, que também defende outra delatora, a auditora Rosângela Semprebom, irmã de Souza. O interrogatório dela está marcado para terça-feira.

Ferreira comentou ainda que não se opõe à presença na sala de audiências dos demais réus. Pela lei da colaboração premiada, delatores têm direito a não fazer contato visual com as pessoas que acusou. Disse que ainda consultaria o cliente, mas, em princípio, não via problemas. "Da minha parte não há prejuízo algum que os demais corréus estejam lá, uma vez que, segundo as palavras do próprio Luiz Antonio, eles foram companheiros de longa data."

Em que pese a expectativa acerca do depoimento dos delatores, advogados de outros réus minimizaram a importância das declarações de Souza. "Ele é um delator e é assim que seu depoimento deve ser encarado. Não vejo com um depoimento decisivo. O que ele disser também será desconstruído", disse Edgar Ehara, que defende três auditores.

CONTINUA

02 MAR 2016
FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

O advogado Douglas Bonaldi Maranhão, defensor de Márcio de Albuquerque Lima, apontado pelo MP como suposto líder da organização criminosa, da mulher dele, Ana Paula Pelizari Marques Lima, e do auditor Dalton Lázaro Soares, evitou comentários diretos. "Vamos aguardar. Não sabemos como vai ser a declaração. Mas, será o momento em que as defesas poderão questioná-lo", comentou.

BALANÇO

Tanto Ehara quanto Maranhão se demonstram satisfeitos com os 12 dias de audiências e a oitiva de 24 testemunhas de acusação e 52 de defesa. "Estou extremamente satisfeito com o que foi produzido até agora. Acredito que a acusação não conseguiu demonstrar o entendimento contido na denúncia", afirmou Ehara. "Os depoimentos foram extremamente elucidativos; vários pontos que foram apresentados na denúncia que a defesa entendia que não tinham fundamentos foram rechaçados por esses depoimentos, inclusive conjecturas que fundamentaram prisões ao longo das investigações", comentou Maranhão.

As audiências começaram em 15 de fevereiro. Após os interrogatório de Souza e de sua irmã, a instrução será suspensa até 4 de abril, quando os demais réus que moram em Londrina (52 de um total de 73 acusados no processo) serão interrogados.

02 MAR 2016

JORNAL DO ÔNIBUS

Richa libera mais R$ 55 milhões para o TJ

O governador Beto Richa determinou na manhã desta terça-feira (1) à Secretaria da Fazenda a liberação de mais R$ 55 milhões para garantir o pagamento da folha de salários do Poder Judiciário. A decisão foi tomada após conversas com diversos desembargadores do Tribunal de Justiça.

O novo repasse complementa o valor de R$ 70 milhões liberado no último dia 22 de fevereiro e é suficiente para o Poder Judiciário pagar os salários de todos os desembargadores, juízes e funcionários. Segundo dados da Secretaria da Fazenda, o Poder Judiciário mantém um saldo aplicado no mercado financeiro que supera os R$ 700 milhões.

Rica concordou em fazer novo repasse para pagar salários

02 MAR 2016

BEMPARANÁ

Judiciário

O governador Beto Richa determinou ontem à Secretaria da Fazenda a liberação de mais R$ 55 milhões para garantir o pagamento da folha de salários do Tribunal de Justiça. A determinação foi dada depois que o TJ recorreu ao Supremo Tribunal Federal cobrando o repasse de R$ 100 milhões referentes à folha de fevereiro. Segundo o governo, a decisão foi tomada após conversas com diversos desembargadores do tribunal.

Complemento

O novo repasse complementa o valor de R$ 70 milhões liberado no último dia 22 de fevereiro, e segundo o Executivo, é suficiente para o Poder Judiciário pagar os salários de todos os desembargadores, juízes e funcionários. Segundo dados da secretaria, o Poder Judiciário mantém um saldo aplicado no mercado financeiro que supera os R$ 700 milhões. O TJ, porém, diz que o valor a ser repassado mensalmente, por lei, é de R$ 167,5 milhões. E que o dinheiro aplicado no mercado financeiro não pode ser usado para pagar servidores ou despesas de custeio.

02 MAR 2016

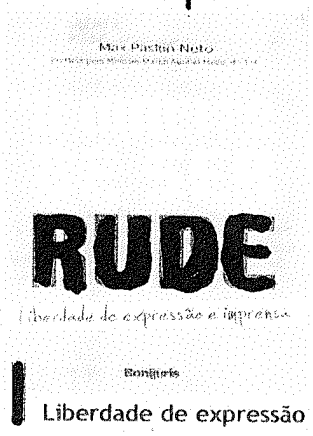
BEMPARANÁ

Direito

Juiz faz livro sobre liberdade de expressão

Max Paskin Neto, juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Paraná, está lançando do seu livro intitulado *O Direito de Ser Rude – Liberdade de expressão e imprensa.*

A obra, da editora Bonijuris, que conta com o prefácio do ministro do Supremo Tribunal Federal, Marco Aurélio Mello, aborda casos reais e contemporâneos, fatos em que o judiciário teve que intervir e julgar a liberdade de expressão e de imprensa no país, além de propor largo debate e reflexão crítica e construtiva sobre os temas propostos, com o objetivo de tratar da enorme preocupação com a questão da saúde econômica, jurídica, política e social brasileira.



BEMPARANÁ

PAINEL

02 MAR 2016

Responsabilidade

A União não responde por débitos trabalhistas de empreiteira contratada para prestar serviço na área de construção civil. A decisão é da 19ª Vara do Trabalho de Brasília.

Imunidade

Por causa da imunidade tributária, os Correios não precisam pagar IPTU dos imóveis que são de sua propriedade. A decisão é do ministro Luís Roberto Barroso, do STF.

Cemitério

Faxineira que trabalha na limpeza de cemitério tem direito a adicional de insalubridade em grau máximo. Esse foi o entendimento da 2ª Turma do TST.

Sucata

Carro adquirido como sucata em leilão não pode voltar a trafegar, salvo se não houver restrição no edital de oferta pública. O entendimento é da 2ª Turma do STJ.

ProUni

A Faculdade não pode impedir o estudante que tem bolsa de estudo do ProUni de trocar de instituição de ensino. O entendimento é da 4ª Turma do TRF da 4ª Região.

Roubo

O empregador que chama a polícia para apurar roubo ocorrido na empresa não comete abuso de conduta, pois apenas exerce seu direito. O entendimento é da 7ª Turma do TRT da 3ª Região.

Só por lei

O Poder Judiciário não pode alterar a remuneração de seus membros por ato administrativo, somente por de lei. O entendimento é do ministro Gilmar Mendes, do STF.

Requião retoma diretório

O grupo do senador Roberto Requião retomou ontem o controle do PMDB de Curitiba. Presidente da Executiva Estadual, ele havia dissolvido o diretório municipal do partido, controlado por aliados do governador Beto Richa, e nomeado seu filho, o deputado estadual Maurício Requião Filho, como presidente da comissão provisória da Capital. Mas uma liminar havia suspendido a decisão.

Ontem, a desembargadora Joeci Machado Camargo acatou novo recurso dos requianistas, e entendeu que a dissolução foi uma decisão interna do partido. Com isso, Requião Filho - pré-candidato da legenda à prefeitura - retoma o comando da sigla na cidade.

02 MAR 2016

BEMPARANÁ

A Conduta e o Direito Penal

Moro quase perto do Lula

*Jônatas Pirkiel

É corrente nas redes sociais a torcida de grande parte da sociedade para que as investigações da operação "Lava Jato" cheguem até o ex-presidente, cuja grande estratégia é negar...negar até que as coisas caiam no esquecimento, apesar das evidências. De sorte que a torcida para que Moro chegue até o Lula, talvez iniciando a fase final e decisiva das investigações do maior esquema de "corrupção" jamais visto na história da humanidade, da mais antiga até a mais recente.

Ninguém discorda o papel do juiz "Sérgio Moro", cujas decisões, apesar de criticadas, pouco ou quase nada foram alteradas por recursos da defesa, quer pelo Tribunal Regional Federal, ou pelo Tribunal Superior de Justiça ou mesmo pelo Supremo. O que indica dizer, que são decisões que se sustentam por si sós e demonstram a competência e eficiência do juiz Sérgio Moro, que passou a dar uma sobre vida ao nosso Poder Judiciário, que também não tem escapado das insatisfações da sociedade brasileira.

A surpresa, fato talvez nunca visto, é que o nome do juiz Sérgio Moro corre o risco de virar "grife", o que já se vislumbra com a criação de Sergio K, que acaba de lançar uma camiseta com a "In Moro We Trust" (Em Moro Nós Confiamos). Camiseta que foi colocada a venda pela módica quantia de R$ 198,00, podendo ser adquirida em três parcelas de R$ 66,00. Em síntese, trata-se de uma forma de apoiar as ações do jovem juiz, cuja atuação judicial se apresenta com grande competência e com a coragem e o destemor de enfrentar os mais fortes e influentes segmentos da sociedade, o empresarial e político.

Operação que já levou muito peixe "grande" para a cadeia, inclusive senador da República, e que impõe agora a demissão do Ministro da Justiça, que vai ocupar outro posto da República, como prêmio de consolação aos "bons serviços" prestados aos "lacaios" que conduzem os destinos do país.

O crime praticado contra a Petrobras, consequentemente ao país, é coisa jamais vista em qualquer outro país do mundo, em qualquer tempo da história. Com repercussões na economia e na vida da sociedade brasileira que levarão muitos anos para serem superadas. Lamentavelmente, o que estamos vivendo é o mais grave crime praticado contra a sociedade brasileira. Esperando-se que possa trazer uma alteração de ordem, moral e institucional, que recoloque o país no caminho das nações mais série do mundo.

*O autor é advogado criminalista
(jônataspirkiel@terra.com.br)

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

INFRAÇÕES DISCIPLINARES

OAB julgou mais de 15 mil ações contra advogados em 2015

Em 2015, os tribunais de ética e disciplina (TEDs) das dez maiores seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil julgaram mais de 15 mil ações. Isso significa cerca de um processo para cada 50 advogados, uma vez que tais unidades reúnem 80% dos advogados brasileiros (788 mil). São elas, na ordem de número de filiados: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Bahia, Distrito Federal, Santa Catarina, Goiás e Pernambuco.

Levantamento inédito feito pela revista eletrônica Consultor Jurídico mostra que o tribunal que mais analisou litígios em 2015 foi o da seccional paulista (4,3 mil). Em seguida estão Goiás (3,8 mil), Rio Grande do Sul (1,3 mil), além de Paraná e Rio de Janeiro, ambos com 1,2 mil.

Enriquecimento ilícito é uma das principais causas que levam os advogados à condenação pelos TEDs. Junto a esse motivo estão inadimplência de anuidade, apropriação indébita de recursos, recusa em repassar quantias aos clientes ou em prestar contas, retenção abusiva dos autos e abandono de causa.

Se for comparado o total de julgados com o número de advogados registrados em cada seccional, o TED da OAB-GO julgou 13 ações para cada 100 profissionais. Os TEDs das seccionais pernambucana e do Distrito Federal estão empatados na segunda colocação, com três processos para cada centena de advogados; seguidos pelos tribunais das OABs paranaense, gaúcha e paulista (duas ações por 100 advogados).

02 MAR 2016

FÁBIO CAMPANA

Richa dá R$ 55 milhões para o TJ

O governador Beto Richa determinou à Secretaria da Fazenda a liberação de mais R$ 55 milhões para garantir o pagamento da folha de salários do Poder Judiciário. O novo repasse complementa o valor de R$ 70 milhões liberado no último dia 22 de fevereiro e é suficiente para o Poder Judiciário pagar os salários de todos os desembargadores, juízes e funcionários. Segundo dados da Secretaria da Fazenda, o Poder Judiciário mantém um saldo aplicado no mercado financeiro que supera os R$ 700 milhões.

Moro bloqueia

O Banco Central enviou à Justiça os dados do bloqueio das contas do casal João Santana e Mônica Moura(acima) e de suas empresas, realizado na última segunda-feira após a deflagração da 23ª fase da Operação Lava Jato. A ação foi determinada pelo juiz Sérgio Moro(ao lado), que decretou um bloqueio de até R$ 25 milhões de cada um dos investigados. Somados, no entanto, Santana e Monica possuíam R$ 30,7 milhões distribuídos em seis contas e, com isso, esse passa a ser o valor bloqueado. Em nome de Mônica Moura, estavam R$ 28 milhões. Com os outros envolvidos, o total foi de R$ 38 milhões.

Falhou

O ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou pedido do presidente da Câmara, deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), para impedir que o presidente do Conselho de Ética, José Carlos Araújo (PSD-BA), vote sobre o andamento do processo de cassação de seu mandato. A defesa de Cunha alegou que Araújo não tem imparcialidade para atuar no caso, porque teria antecipado seu voto favorável ao prosseguimento do processo em uma entrevista.

02 MAR 2016

TRIBUNA DO PARANÁ

Grana pro Judiciário

O governador Beto Richa determinou à Secretaria da Fazenda a liberação de mais R$ 55 milhões para garantir o pagamento da folha de salários do Poder Judiciário. A decisão foi tomada após conversas com diversos desembargadores do Tribunal de Justiça. O novo repasse complementa o valor de R$ 70 milhões liberado no último dia 22 de fevereiro para o Poder Judiciário conseguir pagar os salários de todos os desembargadores, juízes e funcionários.

Demora

Faltando apenas um mês para o término do cadastramento biométrico em São José dos Pinhais, o Tribunal Regional Eleitoral do município ainda aguarda o comparecimento de cerca de 60 mil eleitores. Até o momento, a média de atendimentos no local tem sido de 1,2 mil pessoas por dia.

Depoimentos

O juiz Sérgio Moro começou a ouvir as testemunhas de acusação na ação que envolve o pecuarista José Carlos Bumlai. Ele é acusado de corrupção e lavagem de dinheiro no esquema na Petrobras, envolvendo o PT.

02 MAR 2016
FOLHA DE S. PAULO

Promotoria aponta fraude de R$ 1,8 bi em licitação de trens em SP

Ministério Público acusa Alstom e CAF de prática de cartel em disputa no governo Serra

Licitação bilionária para compra da CPTM teve acerto, diz promotor; acusados afirmam cooperar

MARIO CESAR CARVALHO
DE SÃO PAULO

O Ministério Público de São Paulo apresentou uma nova denúncia contra a Alstom e a CAF, fabricantes de trens e material ferroviário da França e da Espanha, respectivamente, na qual acusa as empresas de terem participado de um cartel e fraudado licitações em 2009 e 2010 de uma empresa do governo paulista, a CPTM (Companhia Paulista de Trens Metropolitanos).

À época, o governador era José Serra (PSDB-SP). O contrato era de R$ 1,8 bilhão para a aquisição de novos trens, reforma e manutenção pelo prazo de 20 anos.

Os veículos, da chamada série 5000, foram usados da linha 8-Diamante, que liga a a estação Júlio Prestes, no centro de São Paulo, a Itapevi, na região metropolitana.

Um dos indícios de fraude foi o preço apresentado pela CAF, que concorreu sozinha e venceu a disputa. Ele tinha uma diferença de 0,0099% em relação ao valor de referência, o montante fixado pela CPTM como o preço máximo que seria aceito.

"Se houvesse concorrência obviamente a CAF não apresentaria um preço tão próximo do valor de referência", disse o promotor Marcelo Mendroni à **Folha**.

Na visão dele, "não houve concorrência, e a CPTM ficou de mãos atadas porque tinha urgência na contratação".

Mendroni disse que "não descarta a participação de funcionários públicos no conluio, numa análise superficial", mas a questão de corrupção é matéria para outra área da Promotoria, não do Gedec (Grupo Especial de Delitos Econômicos), que cuida de fraudes em licitação e formação de cartel.

Posteriormente, houve um acréscimo de R$ 13,3 milhões no contrato. E-mails reunidos pela Promotoria apontam que houve acerto entre as empresas que disputavam a licitação.

Mensagem de um executivo da Alstom de setembro de 2009 diz: "Necessitamos saber para amanhã quais são as mudanças que estão acontecendo nos acordos", escreve Cesar Ponce de Leon para executivos da própria Alstom. "Quanto ao convite aos 'boinas' lhe expliquei que não há nada combinado, que buscávamos dividir o capital e eliminar ao mesmo tempo um competidor", continua. "Boina" era a forma como a CAF era chamada na Alstom, segundo o Ministério Público.

Em outro e-mail, empregados da Alstom dizem que pretendem juntar todos os concorrentes (CAF, Bombardier, Siemens, MGE, Mitsui e Tejofran) num "único grupo".

Para o promotor, mensagens e provas mostram que houve fixação de preço pelas empresas, divisão de mercado e supressão de propostas, o que caracteriza fraude.

Foram denunciados cinco diretores da Alstom e dois da CAF. Houve um novo pedido de prisão de Ponce de Leon, que vive na Espanha e não está mais na Alstom.

Empresas dizem que respeitam a legislação do país

Alstom e CAF disseram em nota que colaboraram com as investigações e respeitam a legislação brasileira.

A Alstom, que afirma que ainda não teve acesso às acusações, diz que "a prática de cartel ou de qualquer concorrência desleal não é permitida pelas regras" do grupo.

A CAF afirma que "tem colaborado com as autoridades no fornecimento de todas as informações".

O senador José Serra (PSDB-SP) disse em outras ocasiões que seu governo conseguiu reduzir o preço de compra de trens.

02 MAR 2016

FOLHA DE S. PAULO

WhatsApp não libera dados a juiz, e executivo do Facebook é preso

Justiça diz que rede social, dona do app de mensagens, não colaborou com investigação criminal

Facebook diz que medida é 'extrema e desproporcional'; WhatsApp afirma que não mudará política

FELIPE MAIA
EDITOR-ADJUNTO DE SEMANAIS
ISABEL SETA
BRUNO SCATENA
DE SÃO PAULO

Menos de três meses depois de ter causado polêmica ao determinar a retirada do WhatsApp do ar por 48 horas, a Justiça mandou prender nesta terça (1º) o vice-presidente do Facebook para a América Latina, Diego Dzodan.

A decisão, tomada pelo juiz de Lagarto (SE) Marcel Maia Montalvão, deve-se ao fato de a empresa, que é dona do WhatsApp desde 2014, não ter colaborado com investigações da Polícia Federal sobre conversas no aplicativo de mensagens.

A prisão, de caráter preventivo, foi feita pela manhã na casa de Dzodan, em São Paulo. O executivo foi levado para a Superintendência Regional da Polícia Federal, na Lapa, onde prestou depoimento. Depois, foi encaminhado ao Centro de Detenção Provisória de Pinheiros.

Em comunicado, o Facebook disse estar desapontado com a medida "extrema e desproporcional de ter um executivo do Facebook escoltado até a delegacia devido a um caso envolvendo o WhatsApp, que opera separadamente".

Matt Steinfeld, diretor de comunicações do aplicativo, disse que o WhatsApp colabora como pode em investigações judiciais e que não pretende mudar sua política (leia à pág. A13).

Segundo a Secretaria de Administração Penitenciária, o vice-presidente está em uma cela isolada, como é padrão na instituição quando o preso chega ao sistema prisional. Esse período de adaptação dura cerca de dez dias.

Como Dzodan possui nível superior, depois desse prazo ele será transferido para uma cela com pessoas que tenham a mesma escolaridade que ele.

Mais alto executivo do Facebook na América Latina, Dzodan, nascido na Argentina, assumiu o cargo em junho do ano passado, no lugar de Alexandre Hohagen, que havia montado a operação da empresa no Brasil e se desligou do cargo.

O CASO

Em nota, o juiz Montalvão informou que o caso é um processo de tráfico de drogas interestadual que corre em segredo na Justiça.

A PF em Sergipe informou que a investigação começou há cerca de quatro meses, após apreensão de drogas em Lagarto. Foi pedido, então, que o WhatsApp repassasse dados sobre a localização e a identificação de suspeitos de tráfico, mas a companhia não divulgou as informações.

O magistrado estipulou multa. Como os diálogos não foram liberados, Montalvão mandou prender o executivo.

Não é a primeira polêmica envolvendo Justiça e WhatsApp no Brasil. Em dezembro, por exemplo, o aplicativos foi bloqueado por algumas horas em todo o país por decisão da 1ª Vara Criminal de São Bernardo do Campo (SP), também em decorrência de investigação criminal.

Na ocasião, como agora, o WhatsApp não liberou as informações solicitadas com autorização judicial pelas autoridades que investigavam o caso —o bloqueio foi determinado como represália.

CONTINUA

02 MAR 2016
FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

MEMÓRIA
Lembre outros casos entre Justiça e internet

WHATSAPP 1
> Em fev.15, juiz do Piauí determinou o bloqueio do aplicativo no Brasil para forçar o Facebook a colaborar com investigações da polícia do Estado relacionados a casos de pedofilia. A decisão acabou sendo derrubada, e o app não chegou a sair do ar

WHATSAPP 2
> Em dez.15, o WhatsApp foi bloqueado por várias horas em todo o país por decisão judicial, também em decorrência de uma investigação criminal. O aplicativo não liberou informações solicitadas—o bloqueio foi represália

Jorge Araújo - 27.out.15/Folhapress

GOOGLE
> Em 2012, o diretor-geral do Google Brasil, **Fabio José Silva Coelho**, foi detido em SP pela PF, por ter infringido ordem judicial que determinava a exclusão do YouTube de dois vídeos com ataques ao então candidato a prefeito de Campo Grande pelo PP Alcides Bernal. Ele foi ouvido e liberado no mesmo dia

FOLHA DE S. PAULO

02 MAR 2016

Chefe da Casa Civil é alvo da Promotoria em São Paulo

Aparecido é suspeito de enriquecimento ilícito

O Ministério Público de São Paulo instaurou nesta segunda (29) inquérito para apurar suspeitas de enriquecimento ilícito do secretário da Casa Civil de Geraldo Alckmin (PSDB), Edson Aparecido.

A investigação foi iniciada a partir de uma reportagem do UOL que revelou que Aparecido comprou, em 2007, um apartamento em uma das áreas mais valorizadas de São Paulo por um terço do valor.

Conforme a reportagem, Aparecido declarou ter pagado R$ 620 mil pelo imóvel na Vila Nova Conceição, enquanto, na escritura, ele valia R$ 1,07 milhão. Ainda segundo o portal, na época do negócio, o apartamento tinha valor de mercado de R$ 2 milhões.

"Vai ser investigada eventual improbidade administrativa, enriquecimento ilícito e incompatibilidade entre renda e patrimônio", afirmou o promotor Marcelo Milani.

O imóvel foi comprado do empresário Luis Albert Kamilos, dono de uma construtora que já na época tinha contratos milionários com o governo de São Paulo.

"Prestarei todos os esclarecimentos. Quando esses fatos se deram, eu estava fora do governo. Tudo foi devidamente registrado e declarado à Receita Federal e aos Tribunais Eleitorais. Não há nenhuma ilegalidade ou qualquer ocultação de patrimônio", afirmou Aparecido.

Ministro nega adiar julgamento de Cunha

O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Teori Zavascki negou pedido do presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), para adiar o julgamento da denúncia que o acusa de receber US$ 5 milhões em propina de contratos da Petrobras.

Com isso, o Supremo deve decidir nesta quarta (2) se abre a ação penal e transforma o deputado em réu pelos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro.

A expectativa na corte é que a denúncia seja aceita, levando ao debate sobre o afastamento de Cunha da presidência da Câmara por usar o cargo para atrapalhar as investigações contra ele.

tiroteio

O governo deu espaço para que juízes fizessem esse lobby agressivo. Agora, duvido que os deputados terão coragem de votar.

DO DEPUTADO NELSON MARCHEZAN (PSDB-RS) sobre a decisão do governo de tirar o regime de urgência do projeto que evita os supersalários dos servidores públicos.

02 MAR 2016

FOLHA DE S. PAULO

Após ser acionado na Justiça, Richa libera mais R$ 55 mi ao TJ do Paraná

O governador do Paraná, Beto Richa (PSDB)

JULIANA COISSI
DE CURITIBA

Um dia depois de ser acionado no STF (Supremo Tribunal Federal) pelo Tribunal de Justiça do Paraná pela falta de repasse de verbas para salários, o governador Beto Richa (PSDB) decidiu liberar R$ 55 milhões ao órgão na manhã desta terça-feira (1º). O tribunal ainda não efetuou o pagamento dos funcionários.

CONTINUA

Estão sem receber cerca de 9.000 servidores da Justiça estadual, desde desembargadores e juízes até funcionários terceirizados de faxina e segurança. O pagamento estava previsto para o 20º dia útil do mês.

O governo havia depositado em fevereiro menos da metade dos R$ 167,5 milhões previstos. Segundo o TJ, é o terceiro mês seguido que o governo atrasa o repasse de recursos para salários e custeio, como conta de água e luz e combustível de carros.
Como a demora em fevereiro ultrapassou uma semana, o TJ decidiu impetrar um mandado de segurança no STF contra Richa nesta segunda (29). Segundo o tribunal e a OAB do Paraná, a retenção dos valores é ilegal.

Com os R$ 70 milhões anteriormente depositados, faltam ainda R$ 42 milhões. Até o meio dia desta terça, os salários ainda não haviam sido quitados.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO
CONTINUAÇÃO
02 MAR 2016

A assessoria do TJ informou que aguarda contato do presidente do órgão, o desembargador Paulo Roberto Vasconcelos, para definir se haverá algum tipo de pagamento aos servidores. Vasconcelos está em Brasília justamente para acompanhar a votação do mandado de segurança impetrado.

Em nota, o governo Richa disse que a decisão de depositar mais R$ 55 milhões foi tomada "após conversas com diversos desembargadores" do TJ, que o valor complementa dos R$ 70 milhões depositados no dia 22 de fevereiro e que "é suficiente para o Poder Judiciário pagar os salários de todos os desembargadores, juízes e funcionários".

CONTINUA

Ainda na nota, o governo estadual voltou a afirmar que o TJ poderia acionar um saldo aplicado de cerca de R$ 700 milhões. A manobra sugerida, porém, é ilegal, segundo o tribunal, porque os recursos citados pertencem a fundos instituídos por leis estaduais e são carimbados, isto é, só podem ser usados para construção e reforma de fóruns ou aquisição de material, e não para pagar salários.

Já há contas atrasadas de água e luz de fóruns no Estado, mas, de acordo com o TJ, nenhuma audiência ou serviço ao público foi afetado até o momento.

O embate entre governo paraense e TJ arrasta-se desde outubro do ano passado. Na ocasião, o desembargador Vasconcelos baixou um decreto reafirmando que todo recurso de depósito judicial de ações em curso não deve ser destinado a outro fim.

CONTINUA

02 MAR 2016

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

A Fazenda estadual tinha interesse em que o montante financeiro, de aproximadamente R$ 700 milhões, fosse revertido para o caixa do Estado. Como isso não ocorreu, segundo o tribunal, desde então o governo diminuiu o repasse mensal para pagar salários e custeio.

02 MAR 2016

Site STF

TJ-PR pede repasse orçamentário integral pelo Poder Executivo

O Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) impetrou, no Supremo Tribunal Federal (STF), o Mandado de Segurança (MS) 34049, no qual requer que o Poder Executivo estadual realize o repasse integral da verba orçamentária devida ao Poder Judiciário. Segundo o pedido, o repasse feito pelo governo do estado em fevereiro não é suficiente para cobrir nem metade da folha de pagamento, e há ainda remanescentes a receber do mês de janeiro.

De acordo com o MS, o tribunal está tendo dificuldades para receber sua parcela orçamentária desde novembro de 2015. A situação leva ao risco de o TJ-PR não cumprir suas obrigações legais, inclusive pagar os salários de servidores e magistrados e cobrir despesas imediatas de custeio da estrutura administrativa.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO 02 MAR 2016

O atraso nos pagamentos, sustenta o TJ-PR, viola o artigo 168 da Constituição Federal, que prevê expressamente que os recursos orçamentários do Poder Judiciário serão entregues até o dia 20 de cada mês – os chamados duodécimos. Haveria ainda violação, pelo governo paranaense, do princípio da independência entre os Poderes.

O tribunal pede a concessão de liminar para determinar o repasse integral do duodécimo orçamentário do Judiciário paranaense referente ao mês de fevereiro de 2016, e do remanescente do mês de janeiro. No mérito, requer a confirmação do pedido para haver o repasse integral dos recursos sempre até o dia 20 de cada mês.

A ação está sob a relatoria da ministra Cármen Lúcia.

02 MAR 2016

GAZETA DO POVO

Após queda de braço, governo do PR repassa parte do valor devido ao TJ

Foram liberados R$ 55 milhões para que a corte efetue o pagamento da folha dos funcionários

A queda de braço travada entre o governo do Paraná e o Tribunal de Justiça do estado (TJ-PR) por causa da diminuição de repasses ao Judiciário deu o primeiro sinal de avanço. Nesta terça-feira (1°.), o governador Beto Richa (PSDB) confirmou a liberação de R$ 55 milhões ao TJ-PR para que a Corte efetue o pagamento da folha de salários dos seus funcionários, que está atrasado. O repasse ocorre um dia depois de o Tribunal e o Sindicato dos Servidores do Judiciário (Sindijus-PR) ingressarem, cada um, com um mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal (STF)para exigir o repasse integral do duodécimo ao Judiciário.

CONTINUA

02 MAR 2016
GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Segundo o TJ, isso corresponde a R$ 167,5 milhões. Com o montante garantido nesta terça, o governo transferiu R$ 125 milhões até agora.

Em nota publicada no site oficial do governo, o executivo estadual disse que a decisão de transferir R$ 55 milhões foi tomada após conversas com desembargadores do Tribunal de Justiça. Segundo o governo, o valor é suficiente para pagar os salários de todos os desembargadores, juízes e funcionários. O texto não fala sobre possíveis discussões acerca do pagamento restante esperado pelo TJ.

CONTINUA

02 MAR 2016

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

A nota ressalta ainda os R$ 700 milhões que o Poder Judiciário mantém aplicado no mercado financeiro. Mas, ainda nesta segunda-feira (29) – quando a OAB-PR criticou a redução do repasse mensal – o TJ informou que os recursos depositados em fundos são "carimbados", e têm destinação obrigatória em obras, reformas, aquisição de equipamentos, pagamento de contratos com terceirizados, pagamento de varas privativas transformadas em estatizadas, entre outros.

02 MAR 2016

Paraná Portal

SINTONIA FINA

PEDRO RIBEIRO

Richa libera R$ 55 mi ao TJ

O governador Beto Richa determinou na manhã desta terça-feira (1° de março) à Secretaria da Fazenda a liberação de mais R$ 55 milhões para garantir o pagamento da folha de salários do Poder Judiciário. A decisão foi tomada após conversas com diversos desembargadores do Tribunal de Justiça. O novo repasse complementa o valor de R$ 70 milhões liberado no último dia 22 de fevereiro e é suficiente para o Poder Judiciário pagar os salários de todos os desembargadores, juízes e funcionários. Segundo dados da Secretaria da Fazenda, o Poder Judiciário mantém um saldo aplicado no mercado financeiro que supera os R$ 700 milhões.

02 MAR 2016

BLOG DO ESMAEL

Sob vara, Richa libera R$ 55 milhões ao Tribunal de Justiça do Paraná

01 MAR. 2016 - 15:53 7 Comentários

do Brasil 247

Um dia após ser acionado no Supremo Tribunal Federal (STF) pelo Tribunal de Justiça do Paraná pela falta de repasse de verbas para salários, o governador Beto Richa (PSDB) liberou R$ 55 milhões ao órgão; estão sem receber cerca de 9.000 servidores da Justiça estadual, desde desembargadores e juízes até funcionários terceirizados de faxina e segurança; o pagamento estava previsto para o 20º dia útil do mês.

CONTINUA

02 MAR 2016

Um dia após ser acionado no Supremo Tribunal Federal (STF) pelo Tribunal de Justiça do Paraná pela falta de repasse de verbas para salários, o governador Beto Richa (PSDB) liberou R$ 55 milhões ao órgão, nesta terça-feira 1. O tribunal ainda não efetuou o pagamento dos funcionários. Estão sem receber cerca de 9.000 servidores da Justiça estadual, desde desembargadores e juízes até funcionários terceirizados de faxina e segurança. O pagamento estava previsto para o 20º dia útil do mês.

Em fevereiro, o governo tucano havia depositado menos da metade dos R$ 167,5 milhões previstos. De acordo com o TJ, é o terceiro mês seguido que o executivo atrasa o repasse de recursos para salários e custeio, como combustível de carros e conta de água e luz. A retenção dos valores é ilegal, segundo o tribunal e a Ordem dos Advogados do Brasil – seccional

CONTINUA

Paraná (OAB-PR). Com os R$ 70 milhões depositados anteriormente, faltam R$ 42 milhões. Até o meio dia desta terça, os salários ainda não haviam sido quitados.

Em nota, o governo Richa disse que a decisão de depositar mais R$ 55 milhões foi tomada "após conversas com diversos desembargadores" do TJ, que o valor complementa dos R$ 70 milhões depositados no dia 22 de fevereiro e que "é suficiente para o Poder Judiciário pagar os salários de todos os desembargadores, juízes e funcionários". De acordo com o texto, o governo estadual voltou a afirmar que o TJ poderia acionar um saldo aplicado de cerca de R$ 700 milhões.

Mas o TJ-PR entende a proposta é ilegal, porque os recursos citados pertencem a fundos instituídos por leis estaduais e são carimbados, isto é, podem ser usados apenas para construção e a reforma de fóruns ou aquisição de material, e não para pagar salários.

02 MAR 2016

FÁBIO CAMPANA

Política, cultura e o poder por trás dos panos.

Intervenção de Traiano libera recursos para folha do Judiciário

A intervenção do presidente da Assembleia, deputado Ademar Traiano (PSDB), foi decisiva para que o governador Beto Richa liberasse R$ 55 milhões para bancar a folha de pagamentos do Judiciário. A intervenção de Traiano ocorreu hoje (1º de março) pela manhã, quando o coordenador-geral do Sindijus-PR (Sindicato dos Servidores do Judiciário), José Roberto Pereira, acompanhado do deputado Professor Lemos (PT), procuraram o presidente da Assembleia para ajudasse a romper o impasse criado com a retenção de recursos do Judiciário pela Secretaria da Fazenda.

CONTINUA

02 MAR 2016

CONTINUAÇÃO

Traiano ligou para o governador Beto Richa e obteve a garantia que o Estado vai fazer o repasse. "Já foi determinada a liberação e, ainda hoje, ela deve estar nos cofres do Tribunal de Justiça", anunciou o presidente da Assembleia. Por conta de uma controvérsia com relação a recursos do Tribunal de Justiça, o Estado havia repassado R$ 70 milhões, uma parcela inferior a disposição constitucional de 9,5% das receitas do Estado, de acordo com os artigo 168 da Constituição Federal e 136 da Constituição Estadual. Essa quantia, segundo o Sindijus e o TJ, seria insuficiente para quitar a folha de pagamentos do Judiciário.

CONTINUA

02 MAR 2016

CONTINUAÇÃO

A Secretaria da Fazenda pretendia que a suplementação desses recursos, deveria ser atendida com o saldo financeiro de R$ 700 milhões que, de acordo com a Fazenda, está aplicado pelo Tribunal de Justiça no mercado financeiro. A questão estava se encaminhando para uma disputa judicial. O TJ e o Sindijus-PR entraram na Justiça com mandados de segurança para receber o repasse integral. A intervenção de Traiano reconduz a polêmica para o caminho do diálogo.